O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B, DE 2017

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Deputado Pedro Paulo). EMENDAS DE PLENÁRIO DE NºS 1 A 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas

de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52 (Relator: Deputado Pedro Paulo).

PARECER REFORMULADO, PROFERIDO EM PLENÁRIO: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de n° 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de n° 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda

Substitutiva Global da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Deputado Pedro Paulo).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta.

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do parágrafo único do art. 83 do Regimento Interno, a retira de pauta do PLP 343/17, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, 25/04/17.

Alice Portugal

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, até parece que há a necessidade de alguém aquecer o Plenário e falar acerca de um Governo que foi cassado numa atitude autoritária, numa atitude de quebra do Estado Democrático de Direito, e dizer que este Governo tem alguma legitimidade, alguma popularidade, para seguir com um verdadeiro desmonte que está praticando em relação a direitos sociais, em relação a direitos previdenciários, a direitos trabalhistas, com 5% de popularidade.

E tem o escárnio o senhor que assumiu a Presidência da República de dizer que popularidade não interessa a ele, que popularidade não faz parte do seu cardápio, porque, de fato, não tem qualquer compromisso com a Nação brasileira, qualquer compromisso com os interesses sociais e populares. Agora se está quebrando o gelo do País. A campanha de criminalização da política, a campanha de que todos são iguais, do aspecto, da atitude antiética, está caindo aos pedaços.

A Rede Globo de Televisão não está conseguindo sustentar o discurso, porque a população está vendo que há um olho seletivo na criminalização. Aqui, são 10% da Câmara. Nós não somos iguais. Objetivamente é necessário impedir que a democracia que já está ferida e que a estrutura política do País sejam substituídas por togas que têm relação partidária. Para dizer o que estou dizendo desta tribuna, é preciso ter coragem e completa alma tranquila. Não podemos permitir que o autoritarismo continue a reger o País.

Por isso, estamos pedindo a retirada de pauta deste projeto, porque ele vai colaborar com o que há de pior no Governo golpista. O PLP 343, que quer impor

aumento de contribuição previdenciária para os servidores, acabou de perder aqui neste plenário. Para qualquer matéria previdenciária o povo está de olhos bem abertos, e a matéria previdenciária que cair neste plenário será derrotada, porque, se Temer não quer votos, este plenário os quer.

Para finalizar minha fala, quero dizer que nós estamos defendendo a retirada de pauta, para que possamos ter tempo de maturação e as contrapartidas nefastas que estão associadas ao projeto de redução ou de moratória da dívida dos Estados sejam retiradas, conforme este Plenário votou no ano passado, e o Presidente as vetou.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, que poucas vezes concordo com a Deputada Portugal, acho que desta vez ela tem razão, o PCdoB tem razão. O PP concorda com o requerimento de retirada de pauta para o dia de hoje. Já deu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. ERIKA KOKAY - Fora, Temer! Fora, Temer!

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na data de hoje, 25 de abril, é celebrado o Dia do Despachante Aduaneiro.

Essa data foi determinada pela Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros e representa um marco na história desses profissionais que trabalham arduamente há mais de 170 anos em prol do desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

Durante esse período, de mais de um século e meio, atuam nos portos organizados e nas fronteiras alfandegadas e há meio século nos aeroportos internacionais.

A principal atividade do despachante aduaneiro é a formulação da declaração aduaneira de importação ou de exportação, essa proposição da destinação a ser dada aos bens submetidos ao controle aduaneiro, indicando o regime aduaneiro a aplicar às mercadorias e comunicando os elementos exigidos pela aduana para aplicação de tal regime.

O despachante aduaneiro e seus ajudantes podem praticar em nome dos seus representados os atos relacionados com o despacho aduaneiro de bens ou de mercadorias, inclusive bagagem de viajante, transportados por qualquer via, seja na importação ou na exportação.

A verificação da mercadoria, para sua identificação ou quantificação, quando necessária, exceto em casos excepcionais, é realizada na presença do importador ou de seu representante, neste caso, o despachante aduaneiro, podendo este

recebê-la após o seu desembaraço.

Para que o despachante aduaneiro possa atuar como representante de uma empresa para a prática dos atos relacionados com o despacho aduaneiro, ele deve, primeiramente, ser credenciado no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) pelo responsável legal pela pessoa jurídica, o qual também já deverá ter providenciado sua habilitação para utilizar o SISCOMEX.

No caso de pessoa física, o credenciamento de seu representante pode ser feito pelo próprio interessado, se ele for habilitado a utilizar o SISCOMEX, ou mediante solicitação para a unidade da Secretaria da Receita Federal — SRF de despacho aduaneiro, como, por exemplo, nos casos de bagagem desacompanhada.

O despachante aduaneiro é responsável por mais 97% das liberações de cargas nos portos e aeroportos brasileiros, porém sua atuação vai muito além de desembaraçar cargas, ela é fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Meus cumprimentos a todos os despachantes aduaneiros pelo seu dia e em especial aos nossos amigos, Sr. Marcos Farneze, Presidente do SINDASP — Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo e Valdir Santos, Diretor Financeiro do SINDASP, que eu, em seu nome, parabenizo os demais diretores e diretoras do sindicato.

Parabéns, despachante aduaneiro!

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, centenas de militantes, Parlamentares e dirigentes do PT participaram na segunda-feira, dia 24, da abertura do seminário *Estratégias para a Economia Brasileira*, que visa debater temas como o desenvolvimento, a soberania e a inclusão social no País. O evento contou com a presença do Presidente Nacional do PT, Rui Falcão, dos Líderes das bancadas na Câmara, Deputado Carlos Zarattini (SP), e no Senado, Senadora Gleisi Hoffman (PR), e dos Líderes da Minoria na Câmara, José Guimarães (CE) e no Senado, Senador Humberto Costa (PE).

O seminário é uma realização conjunta das bancadas do PT na Câmara, no Senado, e da Fundação Perseu Abramo. O ex-Presidente Lula também participou do evento.

Durante a saudação oficial aos participantes do evento, Carlos Zarattini e Gleisi Hoffman destacaram que, além de propor uma alternativa econômica à política recessiva implementada por Michel Temer, o evento também visa propor soluções para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda. Conforme destacou nosso Líder da bancada, Deputado Zarattini, não podemos deixar prosperar a visão de que o ajuste fiscal resolve os problemas do país, pois são medidas que penalizam trabalhadoras e trabalhadores, e incapazes de promover desenvolvimento num país com mais de 200 milhões de pessoas.

Nos 13 anos em que o PT governou o País, bem lembrou a Senadora Gleisi, o Partido dos Trabalhadores acumulou experiência para propor soluções ao País, garantindo inclusão social e melhorando a vida de milhões de brasileiros.

Ao se pronunciar, Lula fez alertas acerca do momento político, reforçou sua defesa dos direitos do povo brasileiro, ressaltou a necessidade de regulamentar a mídia e falou da sua disposição para se defender de todas as acusações que pesam contra si. Nosso ex-Presidente apontou que é fundamental politizar a sociedade para fazê-la entender que as mudanças necessárias ao Brasil dependem também de uma mudança qualitativa aqui no Parlamento e de que haja uma pessoa com a legitimidade do voto ocupando a Presidência da República.

É possível retomar o crescimento econômico sem penalizar trabalhadoras e trabalhadores, sem passar a mão nas aposentadorias e sem cortar investimentos que garantam qualidade de vida para a população. A experiência do PT no governo demonstra isso, e a insatisfação popular com os rumos do País apontam que nossas propostas têm respaldo da sociedade.

Muito obrigado.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara discutiu, durante audiência pública, a situação das mulheres nos presídios do Brasil.

Dados do Ministério da Justiça mostram que a população carcerária feminina aumentou 567% de 2000 a 2014. Apesar disso, o sistema prisional não se adaptou para atender às mulheres em suas necessidades específicas. Do total de 37.380 detentas, 30% ainda esperam sua sentença, e mesmo assim estão cumprindo pena em regime fechado.

Na audiência, o Subprocurador-Geral da República Mario Luiz Bonsaglia disse que já existe jurisprudência para que a mulher que tem filhos pequenos possa ser colocada em prisão domiciliar.

Ele informou que boa parte das mulheres presas por violação à Lei de Entorpecentes praticou tráfico de pequenas quantidades; e, por serem primárias, seriam boas candidatas a receber esse benefício.

"Para que os direitos sejam observados, é importante que haja uma assistência judiciária efetiva no sistema prisional. Que as mulheres e os presos de um modo geral possam reivindicar, junto ao Poder Judiciário, os direitos previstos na legislação e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal", destacou Bonsaglia.

Segundo a representante do Departamento Penitenciário Nacional Mara Barreto, o órgão está empenhado em garantir às mulheres condições mais humanas de tratamento de saúde e de atendimento a seus filhos.

Para Petra Pfaller, da Pastoral Carcerária, não adianta melhorar a estrutura

para as crianças nos presídios, pois *"prisão é prisão"*. Na opinião dela, o ideal é garantir às mães penas alternativas para que possam cuidar de seus filhos em suas casas.

É fundamental olhar com especial atenção para essas mulheres, que têm, sim, necessidades diferenciadas, principalmente no que se refere à maternidade. É preciso garantir condições dignas para elas e seus filhos, que merecem crescer num ambiente saudável, seguro, com pleno exercício de seus direitos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 26 de abril, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 6.787, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 44 minutos.)